



O camponês

ORGÃO DOS CAMPONESES DE PORTUGAL

O ESTADO É O PIOR PATRÃO

Devido às lutas travadas por centenas e centenas de operários agrícolas contra o desemprego, o governo, através da Direcção das Estradas e da Hidráulica, e os vários municípios rurais, têm sido forçados a abrir trabalhos públicos e a dar trabalho a muitos desempregados. Não é, portanto, por o Estado e os grandes agrários desejarem realmente acabar com a tremenda miséria em que vivem os trabalhadores do campo, apesar do governo nomear «Comissões» e mais «Comissões de Estudo» e apregoar que elas vão estudar medidas para acabar com a crise rural.

Isto é para iludir o povo, pois até parece que quanto mais «afilhados» o Estado emprega nas tais «Comissões de Estudo», mais camponeses assalariados caem no desemprego...

Entretanto, as jornas pagas nos trabalhos públicos são de tal maneira baixas que não podem resolver as dificuldades em que os camponeses se debatem. Para que chega uma jorna de 16\$00 com descontos, quando o toucinho, o azeite, o bacalhau, se vendem, quando aparecem, a mais de 20\$00 o quilo ou o litro? Como se pode viver com uma jorna destas, quando se tem um moitão de bocas a sustentar?

Esta jorna é, além disso, mais baixa do que as que pagam os particulares e não é por isso, de admirar que os agrários sigam este rico exemplo que lhes dá o próprio Estado. Vê-se assim que o governo de Salazar é ainda o pior patrão.

A miserável exploração dos assalariados agrícolas nos trabalhos públicos e as agruras do desemprego exigem que todos os trabalhadores do campo ao mesmo tempo que lutem pela abertura imediata de trabalhos públicos nas regiões rurais que empreguem todos os desempregados, se unam e lutem igualmente por uma jorna mais elevada que lhes permita fazer face ao espantoso custo da vida. Para já devemos exigir que o Estado nos pague uma jorna de 20\$00 nos trabalhos públicos e nas oito horas de trabalho.

OS CAMPONESES PERANTE OS PROXIMOS ACTOS ELEITORAIS

A situação a que chegou o país reclama o esforço comum de todos os bons patriotas para resolver os graves problemas nacionais criados pelo governo de Salazar.

Os resultados duma política unicamente virada para a defesa dos interesses dum punhado de grandes financeiros contra os interesses fundamentais do povo, aí estão à vista de todos, ao cabo destes 30 anos de existência da ditadura salazarista. Particularmente, a situação daqueles que da terra tiram o seu pão e o pão dos seus é bem um espelho fiel dessa política dirigida contra o povo.

As mais amplas camadas do campesinato português estão profundamente desiludidas com o regime de Salazar e sabem já, pela dura experiência, que dele não podem obter soluções justas para a crise em que se debate a agricultura nacional.

Que tem feito o governo para acabar com o desemprego crónico de milhares e milhares de assalariados agrícolas e para aliviar a sua tremenda miséria?

Que tem feito o governo para assegurar aos pequenos e médios agricultores, rendeiros e proprietários, um desafogo económico que lhes permita fazer face às exigências do amanhã das terras, às incertezas do mercado e às suas necessidades vitais?

Que medidas tem o governo levado a cabo para resolver satisfatoriamente problemas tão agudos como os do vinho, da pecuária, da cerealicultura e tantos outros que dizem respeito ao grande e não resolvido problema agrário nacional?

E qual tem sido a sua política de fomento agrícola?

As camadas pobres e médias e mesmo outros sectores mais abastados do campesinato português já de há muito conhecem a resposta a estas perguntas. Ela está na realidade da sua própria situação. O governo não só não resolveu estes problemas como ainda os agravou.

Jornas de miséria e o mais criminoso desamparo para o trabalhador rural e a sua família; uma injusta carga de impostos, taxas e alcavalas de toda a espécie para os pequenos e médios agricultores; o arranque das videiras e outras medidas para reduzir a produção como forma de resolver a crise vinícola, que é principalmente um problema de preços e de consumo; conferências de «doutores» em vez de vacinas, para combater a febre catarral e outras epizootias que estão dizimando os rebanhos e o armentio nacional; uma «política do pão» ruínosa para a lavoura trigueira, etc. E a agravar tudo isto o cancro da organização corporativa a sugar como um devorador parasita a melhor parte dos magros rendimentos agrícolas, provocando o envelhecimento dos ganhos do agricultor e uma injustificada carestia dos produtos ao consumidor.

Quanto ao fomento agrícola, lembremo-nos apenas que dos 20 projectos de irrigação compreendidos no «plano» de 1937, para uma superfície de 103 mil hectares, somente foram realizados 13, abrangendo

uma área de 25 mil hectares, alguns dos quais ainda sem as necessárias obras de regadio. Quer dizer, o governo levou 20 anos para realizar menos da quarta parte do riquíssimo «plano» de 1937!

Esta política anti-agrária, aliada à sufocação de todas as liberdades cívicas e à repressão brutal dos cidadãos portugueses, afastaram decididamente do regime de Salazar as mais amplas camadas do campesinato. Como todas as forças patrióticas da nação, a grande massa rural sente que só um outro regime e não este pode abrir o caminho para a modificação da situação nacional e trabalhar para a urgente solução da crise agrária. Este foi o claro sentido das grandiosas manifestações nacionais do 5 de Outubro e da ampla participação nelas das classes do campo.

A grande tarefa actual dos camponeses anti-salazarista é transformar este profundo sentimento das massas numa acção unida e organizada contra o regime de Salazar.

O aproveitamento dos próximos actos eleitorais pode ser decisivo para se chegar a essa desejada mu-

dança de regime desde que todos os portugueses que se sentem prejudicados pela política do actual governo — e tantos eles são! — se agrupem numa larga frente eleitoral à volta dum Programa mínimo comum, apresentem candidatos seus e concorram às eleições.

Os camponeses, anti-salazaristas desde os assalariados agrícolas aos agricultores mais remediados, devem desde já preparar-se para a acção eleitoral, promovendo reuniões de classe e locais onde os problemas rurais sejam ponderados.

Principalmente, devemos olhar como um primeiro dever o recenseamento eleitoral. Sem se estar recenseado não se pode votar.

Por isso todos os camponeses devem recensear-se.

É preciso organizar-se a propaganda do recenseamento, ir de casa em casa saber se todo o povo está recenseado e promover a inscrição de quem o não estiver ainda. Para isso é necessário organizar comissões de recenseamento e abrir postos locais onde as pessoas possam informar-se e ser auxiliadas.

Preparemo-nos, pois, activamente para fazer dos próximos actos eleitorais verdadeiras jornadas anti-salazaristas!

AS LUTAS CAMPONESAS POR PÃO E TRABALHO

Ainda as ceifas

GREVE DUMA SEMANA EM BENCATEL

Fiados que o Sindicato de Elvas estabelecerá uma jorna raseável, os camponeses de Bencatel foram trabalhar sem jorna assente, como no fim o agrário Bento Castelo Branco só quizesse pagar 16\$00 às mulheres e 28\$00 aos homens, todo o rancho largou o trabalho seguindo-lhe o exemplo vários outros ranchos que trabalhavam para outros agrários e se encontravam nas mesmas condições.

Durante toda uma semana os camponeses recusaram-se a trabalhar para os grandes agrários indo só para os pequenos proprietários que pagavam jornas que eles pediam, 40\$00 para os homens e 20\$00 para as mulheres, ao fim dessa semana os agrários foram obrigados a ceder pagando aos camponeses a jorna que eles pediam. Algumas camponesas que se mantiveram mais firmes na luta alcançaram 22\$00.

Também um rancho de 20 raparigas, entre os 15 e 17 anos, que andavam para o mesmo agrário preparando terra para o plantio de pimentões e milho a ganhar 8\$00 de sol a sol, esteve uma semana em greve até alcançar 10\$00. Esta luta foi secundada por outros ranchos de jovens.

ALCÓRREGO — O agrário José Lopes contratou um rancho de 22 beirões por 1.000\$00 cada, para 25 dias de trabalho, ou seja a razão de 40\$00 por dia; como chegasse ao fim destes dias e a ceifa não estivesse acabada o agrário pretendia que eles continuassem até ao fim pelo mesmo dinheiro, mas os trabalhadores não foram em cantigas e chegaram ao fim dos 25 dias exigiram o seu dinheiro e

marcharam para a terra.

Esta firme atitude dos trabalhadores obrigou o agrário a ir de novo à Beira contratar 11 camponeses a 57.00 por dia, como na segunda semana lhe baixasse a jorna para 30\$00 também estes largaram o trabalho foram-se embora.

BRINCHES Os camponeses que ceifaram para o agrário Biló, a 30\$00 homens e 20\$00 mulheres, recusaram-se a pegar no trabalho quando o agrário pretendeu descer a jorna em 5\$00. Perante a sua firmeza o agrário não pôde levar a sua por diante, havendo camponeses que se recusaram a trabalhar para este explorador.

LUTAS CONTRA O DESEMPREGO NAS CASAS DO POVO

ALDEIA NOVA — Devido à insistência dos trabalhadores junto da Casa do povo, onde chegaram a ir diariamente vários grupos de 60 a 70 e também de alguns camponeses junto do I.N.T. foi conseguido trabalho para quase todos, ganhando 16 e 17\$00 em 10 horas de trabalho e ainda descontado 2% das suas jornas. Os trabalhadores que mais se destacam nesta luta são mandados para a estrada que vai de Val de Vargo para Serpa, conhecida pelo «campo de concentração» onde os trabalhadores não podem levantar cabeça, pois os capatazes são autênticos carrascos, e se algum trabalhador reclama mandam-no para o barril da água que leva à volta de 40 litros, (e é conhecido pelo 14) que é o mesmo que os mandarem embora, porque esse trabalho é difícil de suportar.

Também foram empregadas à volta de 50 carroças a 45\$00 por dia, devido à luta dos desempregados.

Actualmente ainda se encontram sem trabalho algumas dezenas de

camponeses e quase todas as mulheres, que lutam diariamente por trabalho para todos.

SERPA — Devido à recusa dos trabalhadores desta localidade a trabalharem no arranjo das ruas por jorna inferior a 19\$00, 15 trabalhadores de Aldeia Nova distribuídos para o mesmo trabalho recusaram pegar-lhe manifestando assim a sua solidariedade com os seus irmãos de Serpa que estavam em greve, isto para não quebrar a unidade.

PIAS — Em grupos de 50 a 70 têm ido os trabalhadores junto da Casa do Povo pedir que resolvam a sua situação. Em consequência da sua luta foram distribuídos na sua maioria para os trabalhos nas estradas, mas há ainda dezenas de homens desempregados e quase todas as mulheres.

Todos eles continuam a luta contra o desemprego. Também há camponeses empregados que estão a lutar para que a jorna lhe seja paga na altura devida, pois há alguns que ao fim de 15 dias de trabalho só tinham recebido 50\$00.

BALLIZÃO — Os camponeses desta localidade logo que ficam desempregados dirigem-se à Casa do Povo a exigir trabalho, graças à sua luta quase todos andam empregados.

S. CRISTOVÃO — 150 trabalhadores que estavam no desemprego concentraram-se na Casa do Povo de Montemor a exigir trabalho e depois disto foram todos distribuídos para os trabalhos das estradas.

ESCOURAL — Nesta terra ainda há mais de 50 camponeses desempregados, estes continuam a luta junto da Casa do Povo, de Montemor sendo alguns distribuídos para trabalhos distantes com o objectivo de eles o não attingirem.

TRABALHO PARA AQUECER...
A vida para os rendeiros está muito má.
 De dois hectares e meio de terra que trago de renda pago 8 contos por ano. Dum outro bocado que amanhã pago mais 4 contos.
 As terras só dão alguma coisa a força de adubo. Só em adubos qui-

micos gasto mais de 8 contos por ano porque cada saco de 100 quilos custa 201\$00. Além disso tenho de comprar muito estume que também é muito caro.
 O ano passado eu e a minha mulher trabalhamos para aquecer e este ano só ganharia alguma coisa se a sementeira da batata seródia produzisse bem.
 Este ano fiz uma sementeira de batata temporã que mal deu para guardar batatas para a próxima sementeira. Fiz também uma sementeira de feijão onde gastei 4.500\$00 e o feijão que colhi, vendi-o por 2.800\$00. Só desta última vez foram-se-me embora 1.700\$00.
 Para evitar despesas sou eu e a mulher que fizemos todo o trabalho mas temos que nos levantar às

5 horas e deitar-nos às 11 da noite e mais tarde. Assim, fazemos mais de dois dias num.
 O governo não nos ajuda nada. As «ajudas» que nos dá são deste género: Uma vez fui ao grémio comprar uma peça para uma máquina convenciono que era mais barata. Depois de a ter comprado verifiquei que a mesma peça custava nos estabelecimentos particulares menos 50\$00.
 (Um pequeno rendeiro)

da família da minha mulher. Como éramos todos amigos não fizemos partilhas e para não pagarmos mais dinheiro deixámos ficar tudo como estava. Pois agora fizeram um novo Grémio em Santana e obrigaram todos os agricultores da região a fazer ali os seus pagamentos. Antigamente eu podia fazê-lo em Almada ou Setúbal. Apesar do Grémio não me dar nenhum benefício não vinha nenhum mal com a mudança. O pior é que quando depois de me terem recusado o recebimento em Almada e Setúbal fui pagar ao Grémio de Santana me obrigaram a mim e aos meus sobrinhos a fazer novas matrizes o que me vai importar em mais de 200,00 além dos 40 e tal que tenho de pagar ao Grémio. Com a fraca produção que eu tenho não sei como vou aguentar mais esta despesa que os do governo me obrigam a fazer pois eu e a mulher já estamos com os pés para a cova e vivemos com grandes dificuldades.
 Quando acabará toda esta ladroeira?

Outras lutas

MORA — Um grupo de trabalhadores que trabalhava para o agrário Fonte Ferreira recusou-se a trabalhar ao domingo por a jorna não ser paga a dobrar.
ESCORAL — 28 trabalhadoras que andavam a tirar cortiça para uma agrária conhecida por D. Espanhoia, resolveram fazer cera por ela não lhes querer aumentar a jorna de 28 para 30\$00.
AVIZ — 10 trabalhadores de uma máquina trabalhavam para o agrário Luís Mendes largaram o trabalho por este não querer pagar 25\$00 que era a jorna que se ganhava neste trabalho.

Na mesma localidade o pessoal de uma debulhadora que trabalhava para o agrário Braga opôs-se ao roubo de meia hora por dia que lhe estava a ser feito.
 Também um grupo de 12 mulheres que ganhava 8\$00 a apanhar grão nas primeiras 5 horas do dia teve que se impôr contra o roubo do tempo, uma delas levou um relógio para o trabalho e quando chegou a hora todas largaram. Aos protestos do manageiro responderam em couro, na jorna já vocês nós roubam, mas no tempo nem mais um dia, e na jorna ainda nós roubam porque nós não estamos unidas.
 Um grupo de camponeses que trabalhavam nas pedreiras a ganhar 18\$00 o meiro cúbico exigiu por altura das ceifas 25\$00. Quando o empregatário lhes dizia que eles se estavam avingar, respondiam; também vocês já se vêem vingando há muito pagando-nos jornas de fome!



Vamos lá conversar, o Zé!

— Então, Tóino, já conseguistes trabalho?
 — Sim, trabalhei uns dias mas estou outra vez sem fazer nada. Já fui umas quantas vezes à Casa do Povo para me arranjar alguma coisa, mas lá só me dizem para esperar. O pior é que quando os gaiatos pedem pão não se pode esperar e eu já me envergonho de pedir mais fiados. Sabes que mais? As vezes dá-me vontade de abalar, mas também me lembro que se abalo ainda haverá mais fome cá em casa, e olha; cá vou ficando à espera nem sei bem de quê.
 — É verdade, Tóino, que está tudo pela hora da morte e os ganhos mingam cada vez mais, mas a gente pode dar um jeito e obrigar o governo e os agrários a arranjar ocupação para os nossos braços e pão para os nossos filhos.
 — Não vejo lá muito bem como, Zé. Cá por mim já não sei que voltas leide dar para arranjar trabalho.
 — Olha cá, tu não és sócio da Casa do Povo?
 — Pois sou, mas que adianta isso, ser obrigado a pagar as cotas e pouco mais.
 — Sabes tu Tóino, quais os fins para que foram criadas as Casas do Povo?
 — Bem, já tenho ouvido umas tretas, mas não sei muito bem, não.
 — Então eu vou ver se te consigo explicar mais ou menos.
 É verdade que as Casas do Povo não têm sido para os trabalhadores aquilo que deviam ser, mas também é verdade que elas podem e devem ter um papel bem diferente do que têm hoje.
 Quando em 1933 o governo acabou com os nossos sindicatos rurais e publicou o decreto criando as Casas do Povo, fê-lo com a intenção de servir os interesses dos grandes agrários e não dos trabalhadores do campo. Mas para alcançar este objectivo foi necessário colocar no tal decreto umas pequenas coisas que pudessem criar algum entusiasmo nos trabalhadores, de maneira a eles não tirarem as costas à Casa do Povo logo de princípio. Ora são estas pequenas coisas que deviam ser agarradas pelos trabalhadores de maneira a obrigar o governo e os grandes agrários a cumprir o que lá está e até se podiam conseguir outras a que têm direito e que não estão no decreto.
 — O Zé, já agora gostava que me explicasses que pequenas coisas são essas!
 — Eu explico Tóino, e para melhor compreenderes vou ler algumas partes do tal decreto:
 Por exemplo o artigo 4º diz assim: «Providência e assistência — Obriga tendentes a assegurar aos sócios protecção e auxílio nos casos de doença, desemprego, incapacidade no trabalho e velhice».
 — O Zé agora compreendo a diferença entre o que aí está com o que tem acontecido, pois que quando estamos doentes só nos dão quando dão, remédios baratos; quando estamos desempregados fartam-nos de correr para a Casa do Povo e para a porta dos grandes agrários e autoridades e no fim ninguém nos liga nenhuma, as autoridades por vezes até nos matam, ir mendigar, como aconteceu, ainda há pouco em Vale de Vargo, e os velhos esses cuidados andam para aí a morrer de fome; auxílios quando se não pode mais trabalhar quem é que os tem? Bem se vê Zé, que eles puseram isso só para enganar a gente.
 — O Tóino, ouve lá ainda o que diz o artigo 6º:
 «Para a realização dos seus fins de assistência entra na esfera de acção das Casas do Povo a criação de dispensários — lactários, creches e asilos para crianças e velhos;» Estás a ver quantas coisas boas?
 — Mas como é isso possível, Zé? Parece esquecer que não são os trabalhadores que dirigem as Casas do Povo?
 — Não me esqueço, não, Tóino! Até parece troça ver o dr. Galhardo à frente da Casa do Povo como defensor dos camponeses! Mas mesmo assim podemos obrigá-los a sair das promessas para inglês ver e fazê-los atender os nossos pedidos.
 Além disso, Tóino, nem todos os da Direcção são como o dr. Galhardo. Há uns que sentem mais a nossa miséria e se forem convencidos amavelmente podem ajudar-nos a resolver algumas coisas através da Casa do Povo. E não te esqueças que ainda podemos lá por gente séria e sobermos aproveitar bem as eleições das Casas do Povo e lá formos em massa.
 — Mas, o Zé, Eu tenho lá ido tanta vez e não consegui nada, homem!
 — O mal é que lá vamos isolados uns dos outros. Mas olha que se lá formos todos juntos, se nos juntarmos todos na Casa do Povo sempre que a nossa situação o exigir, não tenhas dúvidas que a Direcção terá de fazer alguma coisa em nosso benefício, mesmo sem vontade nenhuma de o fazer.
 — Bem, Zé, está-me cá a parcer que tens razão e vou falar no assunto a outros companheiros. Até à próxima!

QUANDO ACABARÁ ESTA ROUFALEIRA?

Venho contar o que me aconteceu quando outro dia fui para pagar a cota ao Grémio. Tenho uma territa que herdei de meu pai e mais uns bocados que vieram do lado

(Um agricultor)

UMA CRITICA JUSTA

«Já agora também queria dizer cá umas palavras para o nosso jornal por causa de não ver nele tratada como devia de ser a situação dos rendeiros e dos pequenos lavradores. Acho eu na minha modesta opinião que se devia falar mais nessas classes que também são exploradas pois se o jornal diz em cima que é o órgão dos camponeses de Portugal eu entendo que os camponeses não é só o pessoal da jorna. Ou não será assim?»
 (Um modesto rendeiro)

Resposta da Redacção

— O que diz este nosso leitor é verdade. O nosso jornal tem tratado pouco da situação dos pequenos e médios agricultores, (rendeiros e proprietários) que atravessam como se diz «grandes dificuldades». É verdade que o nosso jornal tem tratado e deve continuar a tratar mais largamente da situação dos assalariados agrícolas que é a classe do campo que vive em piores condições e aquela que tem lutado mais. Mas é justo que «O CAMPONÉS» trate também das outras classes (mais do que tem feito e como é também o desejo da Redacção). Mas para isso é preciso que os rendeiros e pequenos lavradores escrevam mais para o jornal ou nos contem a sua situação. Desde já a Redacção do «O CAMPONÉS» põe o jornal à disposição de todos os agricultores anti-salazaristas para tratarem dos seus problemas.
 Apesar de pequeno nas suas colunas pode-se tratar de tudo o que preocupa os camponeses, sejam eles assalariados ou agricultores. E aqui já sabem a censura não tem cabida...
 Ca esperamos, portanto, a colaboração dos nossos leitores.

BENAVILA — 29 mulheres e 2 homens meteram uma questão em tribunal contra um empregatário que tendo-os contratado a 18 e 30\$00 se recusou depois a pagar estas jornas.
25 trabalhadores que foram contratados por um agrário a 19\$00 com comida pelo espaço de 40 dias tiveram de concentrar-se no escritório e exigir que o trabalho não terminasse ao fim de 30 dias como queria o agrário. Este porém, teve de arranjar trabalho para os dez dias para os não pagar à bofia.
AVIZ — 6 trabalhadores de uma pedreira que trabalham 10 horas por dia pediram um aumento de 10\$00 diários tendo conseguido 5\$00.
ESTREMOZ — 12 operários dum pedreira da firma Pardal Monteiro escreveram uma carta à gerência exigindo um aumento de 2\$00 por dia.
 Companhia de Mármoreos Lusos-Belga que tem nas suas pedreiras mais de 500 operários têm estado a aplicar castigos aos que foram fazer a ceifa, tirando-lhes os 6 dias de férias a que têm direito. A maioria dos trabalhadores atingidos têm abandonado o trabalho em sinal de protesto.
PIAS — 50 trabalhadores que andavam numa estrada que vai de Pias a Aldeia Nova, conseguiram um aumento de 150 na jorna depois de várias reclamações.

Erros tipográficos...
 No último número de «O CAMPONÉS» veio um erro de tipografia que deve ser corrigido. No artigo «A crise vinícola agrava-se» devia ler-se: «só na área da junta hávia o ano passado 800 mil pipas por vender (e não 300 mil, como se escreveu) ou seja, mais 260 mil que na safra de 1954...»

Auxílio a «O CAMPONÉS»

Vida o jornal «Camponés»	20,00
Lista Nº 213	32,00
219	32,50
220	17,50
221	21,40
222	25,00
223	21,00
224	20,00
225	14,00
226	9,00
227	5,00
228	7,50
229	5,00
230	5,00
231	5,00
232	20,00
233	32,50
234	10,00
235	20,00
236	22,00
237	20,00
238	30,00
239	10,00
240	20,00
241	22,00
242	20,00
243	30,00
244	10,00
245	25,00
246	5,00
247	30,50
248	25,00
249	13,50
250	5,00
251	20,00
Camponés	2,00
Nº 138	2,00
128	18,00
129	20,00
Auxílio ao «Camponés»	40,00
8 Fotografuras	20,00
Firmeza na luta	5,00
Lista «Camponés»	28,00
Objectos no valor de	71,00
Objectos no valor de	60,00
Total	825,40